

Armando López Castro

María Luzdivina Cuesta Torre

(editores)

**ACTAS DEL XI CONGRESO INTERNACIONAL DE LA
ASOCIACIÓN HISPÁNICA DE LITERATURA MEDIEVAL
(Universidad de León, 20 al 24 de septiembre de 2005)**

VOLUMEN I



UNIVERSIDAD DE LEÓN

Secretariado de Publicaciones

2007

Asociación Hispánica de Literatura Medieval. Congreso Internacional (11º. 2005. León)

Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval : (Universidad de León, 20 al 24 de septiembre de 2005) / Armando López Castro, María Luzdivina Cuesta Torre (editores). -- [León] : Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, 2007

2 v. : il. ; 24 cm.

Contiene : Vol. I – Vol. II. – Textos en español, portugués y catalán
ISBN 978-84-9773-357-6

1. Literatura medieval-Historia y crítica-Congresos. I. López Castro, Armando. II. Cuesta Torre, María Luzdivina. III. Universidad de León. Secretariado de Publicaciones. III. Título

82.09"04/14"(063)

© **Universidad de León**

Secretariado de Publicaciones

© Los autores

ISBN: 978-84-9773-357-6

Depósito Legal: LE-1443-2007

Impresión: Universidad de León. Servicio de Imprenta

METAMORFOSES DE URRACA DE CASTELA-LEÃO E DE TERESA DE PORTUGAL: CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES DAS IMAGENS DE DUAS RAIHNAS

Maria João Branco e Isabel de Barros Dias

Universidade Aberta – Lisboa

1. A «HISTÓRIA»

Apesar dos esforços desenvolvidos em todos os seus múltiplos casamentos e ligações extra conjugais com as suas «concubinas nobilíssimas» (*Chronica de Pelayo*, 1927: 86), Afonso VI deixava este mundo, em Julho de 1109, sem herdeiro varão. O único filho que tivera, da moura Zaida, morrera na batalha de Uclés, em Maio de 1108, comprometendo todas as esperanças de conseguir produzir sucessão masculina para o trono de Leão e Castela, e abrindo as portas às ambições das duas filhas mais próximas, Urraca, filha legítima que tivera da sua segunda mulher, Constança de Borgonha, e Teresa, filha ilegítima que tivera de Ximena Moniz (REILLY 1982: 45-64; RAMOS Y LOSCERTALES 1936-1941:36-99). Nos inícios dos anos noventa do século XI fizera casar essas duas filhas respectiva e sucessivamente com Raimundo e Henrique de Borgonha, a quem concedera o governo dos condados da Galiza e de Portugal.

Pouco antes de morrer, o próprio Afonso VI determinara que o reino de Leão e Castela deveria passar para as mãos da sua filha Urraca, viúva desde 1107, que deveria casar com Afonso I de Aragão, o então campeão da Cristandade e um dos reis peninsulares mais bem sucedidos da sua época. Essa aliança permitiria garantir a estabilidade de Urraca no trono e a perenidade do reino de Leão e Castela face às ameaças que o idoso rei adivinhava, e que temia poderem vir, tanto da parte do seu outro genro borgonhês e sua ambiciosa mulher, como da parte dos influentes membros da alta nobreza galega e castelhana, que não tentavam dissimular o interesse que tinham em cultivar a proximidade à corte e aos círculos onde Urraca necessariamente teria de movimentar-se, como forma de se promoverem politicamente.

Urraca iniciaria, assim, numa conjuntura pouco auspiciosa, um longo reinado de 27 anos, cujo decurso seria pontuado pelos conflitos entre o «seu» reino de Leão e Castela e o de Aragão e pelas sucessivas tentativas falhadas de apaziguar as agitadas facções nobiliárquicas que ora a apoiavam ora a combatiam. Esses nobres jogavam também o futuro da sua situação no apoio à rainha e/ou a seu filho, Afonso Raimundes, de apenas três anos de idade à data da morte do avô, mas já com muitos direitos à futura sucessão no trono, sobretudo se da união de Urraca e Afonso I de Aragão não fosse gerado nenhum herdeiro (REILLY 1998: 7-8).

Com efeito, a união viria a revelar-se totalmente estéril. A rainha casara com Afonso I de Aragão, com a intenção expressa de poder vir um dia a unificar os reinos ibéricos num eventual filho de ambos, mas, desde o início, tornou-se muito evidente que o mau entendimento entre o casal e a incapacidade ou impossibilidade de Afonso I de gerar um filho iam comprometer seriamente os desideratos da aliança. Dentro de pouco tempo, os reais esposos estariam a combater abertamente, uma situação que se arrastaria, mais aos seus respectivos reinos e nobrezas, por mais de uma década.

Teresa, entretanto, se num primeiro momento, pareceu conformar-se com o estatuto de subalterna da irmã legítima e com o papel de esposa do conde Henrique, em breve revelaria que na sua mente esse papel de irmã segunda não era aquele que ela desejava realmente desempenhar. Estas ambições tornaram-se por demais evidentes, quer na política que desenvolveu conjuntamente com o seu marido, enquanto ele viveu, quer no protagonismo que

revelou querer desempenhar na cena política peninsular depois da sua morte, em 1112, quando ficou sozinha à frente do condado portugalense (BRANCO 1993: 593-604).¹

A complexa e difícil hostilidade que, de imediato, se instalou entre os recém casados Urraca de Leão e Castela e Afonso I de Aragão, viria a ser sistematicamente aproveitada pelo conde de *Portucale* e sua mulher para promoverem os seus próprios interesses, desde logo e em mais de uma forma. Apoiando, alternadamente, a causa daquele dos dois reais esposos que lhes propusesse a situação mais vantajosa, garantiam a sua situação material e a sua posição política de forma muito satisfatória. Mas, em todo esse percurso, a miragem da possibilidade de alcançar também o próprio trono de Leão, através dos direitos que lhe eram devidos como a uma descendente de sangue real, nunca parecem ter estado muito afastados dos designios que qualquer um dos condes acalentava.

Teresa e Urraca chegaram a defrontar-se abertamente e, até, a dividir a soberania de partes da Galiza (REILLY 1982: 111, 124, 165-1166).

Mas Teresa, mal aconselhada por um perigoso jogo de alianças com os Travas da Galiza, de onde recrutou os seus dois amantes e o marido para sua filha, em frontal oposição aos interesses da nobreza portuguesa do Entre Douro e Minho, acabou por ver alienada a fidelidade dessa parte importante dos magnates terratenentes e, eventualmente, viria a ser derrotada pelo seu próprio filho e pelos nobres que o apoiavam e promoviam, quando, em 1128, foi deposta do seu «cargo» como governante do condado portugalense (BRANCO 1993: 596-598; MATTOSO-KRUS-ANDRADE 1989, 149-151). Também Urraca encontrara nos seus dois amantes, os condes Gomes de Candespina e Pedro Gonzalez de Lara, dois dos seus mais fiéis nobres e conselheiros políticos, dos quais não prescindia, mas cujos conselhos afastavam sistematicamente da aliança com a nobreza que apoiava seu filho, Afonso VII. Durante muito tempo, a rainha manteve uma rivalidade política e uma hostilidade bélica aberta contra seu filho, Afonso Raimundes, que era apoiado pelos seus tradicionais tutores e aios, os condes de Trava, e por um oscilante arcebispo de Compostela que procurava gerir a sua posição da forma mais segura possível, num mundo em permanente convulsão. Quando a altura chegou, o infante defrontou e apaziguou sua atribulada mãe, mas apenas assumiu definitivamente o trono, sozinho, após a sua morte, em 1226 (REILLY 1982: 181-201).

Em traços gerais, estes são os elementos mais marcantes daquilo que podemos conhecer da realidade mais concreta da vida destas duas filhas de Afonso VI, ambas chamadas a desempenhar papéis tão relevantes no poder das unidades territoriais sobre as quais imperaram e cujo âmbito qualquer uma das duas desejou sempre alargar e consolidar ao longo das suas vidas. Os dois percursos não deixam de revelar interessantes paralelismos: ambas eram filhas de Afonso VI, em idades muito próximas, ambas receberam um borgonhês como marido e a ambos maridos foram concedidos condados «de fronteira» para governar e defender, bem como destacadas posições na corte de Afonso VI. O seu papel era tão importante que os dois cunhados borgonheses chegaram a acordar, no famoso «Pacto Sucessório», a divisão do reino de Castela e Leão entre si, quando o sogro falecesse (BISHKO 1984). Muito embora esse pacto nunca tivesse tido grandes possibilidades de ser posto em acção, não deixa de revelar como as duas irmãs estiveram próximas de partilhar o mesmo destino, de forma ainda mais estreita.

Ambas tinham uma ambição de poder que ultrapassava em muito as fronteiras da mera situação passiva de mulheres, mães ou irmãs de reis, e ambas foram chamadas a assumir lugares de poder destacados quando ficaram viúvas, o que sucedeu em 1107 a Urraca e em 1112 a Teresa. Por fim, ambas tiveram de zelar, em quase permanente confronto com boa parte das suas nobrezas, pela gestão dos territórios sob seu domínio e pela criação dos filhos varões menores, ambos de nome Afonso, os quais, nos dois casos, haviam de vir a disputar a suas mães o poder que estas exerciam e a expulsá-las de suas dignidades em confrontos directos. Ambas foram

¹ Para uma perspectiva mais suave, ver SOARES 1974: 99-119.

vencidas pelos filhos, que tomaram seus lugares no poder, e ambas parecem ter morrido em circunstâncias relativamente pacíficas, embora já bastante arredadas do seu exercício directo. Ambas encontraram apoio político e suporte em dois amantes sucessivos, ambos oriundos da alta nobreza, de quem, além do mais, ainda geraram outros filhos.

À primeira vista, e pela mera enunciação sumária de tais traços das vidas destas mulheres, seríamos tentados a crer que tudo isto seria «matéria ficcional» de grande poder evocativo, que nenhum cronista iria querer desperdiçar, e que os percursos destas duas «rainhas» do século XII iriam alimentar as prosas de todos os cronistas a quem fosse incumbida a tarefa de preservar a memória desses atribulados anos.

E, na verdade, se nos limitássemos a avaliar esse retrato a partir, quer dos mais antigos relatos deste reinado que conhecemos, a *I Crónica Anónima de Sahagún* e a *Historia Compostelana*, escritas nas primeiras décadas do próprio século em que ela viveu, quer da imagem dada pelo seu mais recente biógrafo, Bernard Reilly (REILLY 1982), o percurso de Urraca como rainha e o seu perfil como mulher pareceria, de facto, ter alimentado um filão de narrativas de sucessivas gerações de historiadores, em fluxo contínuo, como uma rainha de tempera forte e indomável. Na verdade, a representação que dela hoje temos fundamenta-se sobretudo nos trabalhos dos historiadores das gerações mais próximas de nós, que, esses sim, veicularam desta rainha a imagem de mais uma daquelas tão típicas figuras femininas das famílias reais peninsulares que encarnam, com alguma facilidade, o estereótipo da *mulier fortis* e que gerem os seus domínios com indomitável vontade e férula garra.²

Ora essa imagem estereotipada não é a imagem que dela recolhemos quando folheamos os diversos registos historiográficos dos séculos XII a XIV que até nós chegaram, onde, embora com raras excepções, aliás plenamente justificadas, a tendência é para apagar ou diminuir a sua importância no corpo de narrativas mais englobantes e de finalidades mais latas.

Vários testemunhos conseguem reduzir os 27 anos do seu reinado a apenas quatro anos, e a grande maioria das restantes versões e crónicas optam por limitar os seus relatos à alusão a apenas escassos e breves momentos:³ a sua sucessão no trono, o caos em que o reino mergulhou por causa das guerras que acabou por sustentar com seu segundo marido, e a sua separação de Afonso I de Aragão. Dentro deste quadro, a imagem que nos chega de tão saborosa personagem reduz-se aos contornos do seu relacionamento com o seu marido e com os seus nobres. Mais do que a manipuladora Jezebel da *História Compostelana*, ela aparece, com demasiada frequência para ser mera coincidência, como uma figura menor, de fraco juízo, e, nesse contexto, quase desculpabilizada, num quadro onde os verdadeiros protagonistas são o rei de Aragão - seu marido, o conde Henrique - seu cunhado e conselheiro, de fidelidade suspeita e oscilante, e os nobres castelhanos, leoneses e galegos que tentam jogar, no apoio a Urraca, o seu próprio papel no futuro, junto ao seu filho, Afonso Raimundes, que, esse sim, haveria de ser promovido na cronística como aquele que teria reposto a «ordem certa» e a harmonia no reino, quando ascendeu ao trono. Na verdade, uma vez sanadas as dissensões internas entre o então já Afonso VII e Afonso I de Aragão, a maioria dos relatos nem sequer menciona a morte da rainha-mãe, reduzindo a sua imagem à expressão mais ínfima.

Com a figura de Teresa, o que se acabou de dizer em relação a Urraca é ainda mais flagrante. A filha ilegítima de Afonso VI, com um percurso tão complexo como o de sua irmã, tão enlaçado com o dela, e com tantos paralelismos entre si, parece ter sido relegada, por toda a cronística e por todos os que a ela se dedicaram, a um papel inferior e secundário: ao papel de mediadora entre o período em que imperava no território o seu marido, Henrique, primeiro conde de *Portucale*, e aquele em que reinaria seu filho, o futuro fundador e primeiro rei de Portugal.

² Lucas de Tui, no seu *Chronicon Mundi* (ed. FALQUE 2003: 332), qualifica a forma como Berengária de Castela dominava seu filho como exercida com *ferula magistrali*.

³ Para as referências *vide infra*, pp. 339 e o quadro das fontes consultadas.

Esta forma de tratamento da figura de Teresa ainda era a vigente nos historiadores da segunda metade do século XX, que até há bem pouco tempo, ou a ignoravam na sua dimensão política e a amesquinhavam na sua dimensão emocional, reduzindo-a a um mero brinquedo nas mãos da paixão, deixando-se influenciar por amantes mal intencionados e desprovida de qualquer sentido mais profundo ou interesses políticos (HERCULANO 19: 384), ou, finalmente, a endeusavam como a verdadeira obreira de «independência nacional» (SOARES 1974). Excepto na *I Crónica Anónima de Sahagún* e da *História Compostelana*, onde aparece pintada com contornos mais realistas e detalhados, como já acontecera com Urraca, o seu percurso pelas crónicas também é oscilante e negativo, quase desaparecendo por completo.

Qual a razão para tantas e tão significativas omissões, sobretudo quando se trata das vidas de mulheres tão influentes nos destinos dos territórios sobre os quais imperaram? Porquê e como se processou esta evolução e quais as razões para as manipulações a que as suas imagens foram sujeitas?

Observemos, então, com mais detalhe, como os homens que receberam como missão perpetuar por escrito a memória destes tempos, escolheram (des)construir as figuras destas duas Jezebéis, ao ponto de quase as «apagarem» da tradição historiográfica, ao mesmo tempo que, nesse mesmo movimento, remetiam as suas figuras à muito mais desejável dimensão e funções recomendáveis em qualquer mulher virtuosa do seu estatuto, enquadrando-as, de forma muito mais reassegurante, nos quadros mentais da ordem e harmonia do mundo dos homens, tal como se concebia que tinham sido projectadas.

2. AS «HISTÓRIAS»

Os pontos em comum dos percursos das duas meias-irmãs Urraca e Teresa contrastam com a multiplicidade e, sobretudo, com a disparidade dos relatos que sobre elas nos surgem em diversos textos de cariz historiográfico, dos sécs. XII a XIV (Cf. Anexo). Estas variações são significativas, tanto pelas características literárias que apresentam, pela sua evolução textual e pelas manipulações que se verificam, como pelo que essas mesmas alterações permitem supor ou adivinhar, particularmente, no que respeita às motivações que lhes poderão ter estado na origem.

Sobressai, logo numa primeira abordagem, a grande disparidade, quer na quantidade quer na extensão, entre os testemunhos sobre a actuação das duas irmãs. Na verdade, Urraca já não é exactamente uma figura na qual os textos se detenham longamente, mas Teresa é ainda muito menos referida.

No que toca a Urraca, a minoração da sua importância é de tal forma assumida que alguns dos textos consultados, ou optam por terminar com a morte de Afonso VI, dando de Urraca apenas apontamentos linhagísticos, ou preferem começar com o reinado do imperador Afonso VII, deixando o período em que a rainha Urraca governou o território numa espécie de limbo. É o caso da *Crónica do bispo D. Paio de Oviedo*⁴ e da *Crónica Najerense*, para a primeira situação, ou da *Chronica Adefonsi Imperatoris*, onde apenas se encontram referências dispersas a problemas com o rei de Aragão, como sequelas do reinado de Urraca, sem que a rainha apareça como a protagonista que realmente foi (pp. 152, 157).

O único texto que retrata Urraca de forma predominantemente positiva é a *I Crónica Anónima de Sahagún*. Redigida em data próxima dos acontecimentos,⁵ esta obra centra-se nas tribulações do mosteiro de Sahagún e do seu abade, face aos ataques violentos dos que denomina como «os burgueses». Estes problemas inserem-se no quadro mais lato da instabilidade provocada pelas guerras civis que opuseram Urraca a Afonso de Aragão. Os «burgueses»

⁴ Que, segundo o editor desta crónica, até teria sido partidário de Urraca, contra Afonso de Aragão (Sánchez Alonso 1924: 11).

⁵ Este texto terá tido uma circulação restrita, dado o seu carácter local, parecendo não ter sido aproveitado pela historiografia posterior.

encontram-se, regra geral, do lado do «mal», aliados a Afonso I e aos aragoneses, enquanto que o abade de Sahagún alinha ao lado da rainha e dos nobres do reino. Urraca encarna aqui o *topos* da mulher bem intencionada e de boa fé, sendo omitida qualquer referência a comportamentos moralmente criticáveis.⁶

No entanto, a rainha também não aparece como uma mulher completamente inocente. Sabe angariar aliados quando decide enfrentar o marido (§31). Consegue jogar com a ambição de Henrique de Portugal, prometendo, mas nunca dando, a soberania de metade do seu reino (§25). Finalmente, numa situação de pressão pública, tem rapidez de raciocínio para tornar um juramento suficientemente ambíguo para não se comprometer (§72).

Urraca é ainda descrita como sendo uma rainha amada pelos seus «naturais», a quem defende,⁷ e como uma senhora da alta nobreza e de sangue real, de grande formosura, grande prudência e de graciosa fala e eloquência (§72).

Outro texto que se detém um pouco mais na narrativa de cenas onde a rainha Urraca aparece agindo, falando e, sobretudo, em situações menos próprias e bastante emotivas,⁸ é igualmente uma das obras redigidas em época mais próxima dos acontecimentos, a *Historia Compostelana*.⁹ Esta obra centra-se em acontecimentos relacionados com a Igreja de Santiago de Compostela e com o seu primaz, Diego Gelmírez. A soberana aparece na medida em que as suas decisões e actos tocam a vida e os interesses daquela instituição religiosa. Ao contrário do que sucedia na CAS, a rainha surge na HC como uma mulher voluntariosa, mesmo indomável, frequentemente chamada de «Jezebel» e alvo de comentários sobre a debilidade e a instabilidade do carácter feminino (L^o.I: cvii, cviii). Apesar de aqui se fazer referência a acontecimentos identificáveis nas restantes crónicas, é a sua personalidade e actuação política que sobressaem, muito mais que a sua vida amorosa, sobre cujos pormenores o narrador prefere manter uma certa discrição.¹⁰

Já em outros relatos, pelo contrário, tais pormenores ganham preponderância, como é o caso do *Chronicon Compostellanum* que, apesar de se limitar a breves apontamentos linhagísticos sobre Urraca, evidencia uma grande violência nos poucos adjetivos com que qualifica a forma como reinou, «*tirannice et muliebriter*» (CC: 82), antes de terminar a sua «vida infeliz» num «parto adulterino», possibilitando, assim, a sucessão pelo filho Afonso, «gerado legitimamente» (CC: 83).

Nos anos 30 e 40 do séc. XIII vamos encontrar testemunhos de duas tradições distintas sobre o reinado de Urraca, veiculadas pelo *Chronicon Mundi* de Lucas, bispo de Tui, e pela *Historia de Rebus Hispanie*, de Rodrigo Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo. Ainda que ambas versões critiquem a rainha, distinguem-se na forma como o fazem e nos episódios que aduzem para a denegrim.

Lucas de Tui, tanto no CM, como numa sua outra obra anterior, o *Liber de Miraculis Sancti Isidori*, sublinha a cena da espoliação do mosteiro de Santo Isidoro, onde culpa, em maior ou menor grau, o conde Henrique de Portugal (que tem a ideia, aconselha o acto e, no LMSI,

⁶ Há uma única referência, muito ténue, ao conde Gómez, sem se aludir ao seu estatuto de amante da rainha (§25).

⁷ Em particular ao abade de Sahagún, face a Afonso de Aragão e aos “burgueses” - §31, 56, 61, 72, 75.

⁸ Caso das narrativas que, no fim do livro I, narram as revoltas que tiveram lugar em Santiago e onde tanto o bispo como a rainha estiveram em perigo, ou dos relatos de diálogos entre o bispo e a rainha, nomeadamente, na sequência de maquinações, traições, dissensões, rebeliões... e dos múltiplos pactos de fidelidade que se estabelecem e quebram incessantemente.

⁹ Este texto constitui um testemunho isolado na medida em que, também este, não foi aproveitado pela historiografia posterior, nem pela “latina”, nem pela “afosina”.

¹⁰ A HC é bastante discreta no que se refere à vida amorosa de Urraca, à excepção do livro III: xxiv onde se vocifera contra o seu adultério com Pedro González de Lara, de quem teria tido filhos e filhas. Fora este excerto, só se refere timidamente, no livro II: VIII, se murmurava que este conde galanteava a rainha e tinha, por isso, um certo poder.

participa no roubo), o rei de Aragão¹¹ (autor material do furto sacrílego, nos dois textos) e a Rainha Urraca (que, no CM, também aconselha o furto mas, no LMSI, só dá o seu assentimento).

Rodrigo de Toledo, por seu turno, refere a espoliação das Igrejas de Leão pelo rei Afonso de Aragão, em geral, sem mencionar qualquer intervenção de Urraca. As críticas que faz à rainha centram-se no seu comportamento impróprio ao aceitar os favores de dois amantes, Gómez de Candespina e Pedro de Lara, sendo, segundo o mesmo autor, a primeira aliança do agrado dos restantes nobres leoneses e castelhanos e a segunda contrariada por estes.

As duas crónicas também diferem quanto à versão dada sobre o casamento de Urraca com o rei de Aragão, qualificando-a como iniciativa da própria (CM) ou como decisão de Afonso VI, para contrariar a possibilidade da aliança com o conde Gómez, proposta pelos nobres do reino (HRH). Nos dois casos, o casamento opõe-se aos interesses do infante Afonso Raimundes, seja porque a rainha quer reger o reino paterno sem o filho (CM), seja porque se afirma que o rei Afonso VI não gostava do genro e, por isso, não se importava com o neto (HRH).

No CM, como no LMSI, sublinha-se o sangue real e godo do conde Raimundo, primeiro marido de Urraca, e não é feita qualquer referência a amantes concretos da rainha. No entanto, é mencionada a morte do conde Gómez de forma pouco abonatória para o conde Henrique que o mata depois da sua captura na batalha contra o rei de Aragão. Na HRH esta morte decorre do facto do seu rival, Pedro de Lara, ter abandonado a batalha.

Os textos são unânimes na referência aos combates entre Urraca e o seu filho Afonso, que a cerca nas torres de Leão, até que esta se rende e um acordo é estabelecido entre ambos. Finalmente, as duas versões referem a morte ou desaparecimento do rei de Aragão na batalha de Fraga, e, mais ou menos exaustivamente, as versões que correram sobre essa morte.

A HRH intercala ainda, no decurso das dissensões entre o rei Afonso de Aragão e a rainha Urraca, a narrativa do dilema de fidelidade de Pero Ansures e a historieta da coragem de um cavaleiro de Olea. Acentua, como motivo para o combate contra Afonso de Aragão, o desagrado dos castelhanos porque o rei repudiara a sua Senhora natural e, prevendo que o casamento seria desfeito por consanguinidade, dera fortalezas estratégicas a aragoneses. Finalmente, descreve o processo que culmina com o estabelecimento da paz entre Afonso VII e Afonso de Aragão.

O modelo veiculado pelo CM é o do LMSI e respectiva tradução castelhana, os *Milagros de San Isidro*. No entanto, estes últimos, em consonância com o que seria de esperar de textos predominantemente hagiográficos, são mais veementes na crítica aos prevaricadores e detêm-se longamente na descrição das respectivas culpas e castigos. Esta tradição é ainda seguida pela tradução do CM para o vernáculo, a *Crónica de España* que, para este passo, procede a interpolações tomadas do LMSI. Neste subgrupo, verifica-se o acentuar da influência nefasta de Henrique de Portugal, por contraste com a actuação do castelhano Gutierre Fernández que respeita e defende a Igreja de Santo Isidoro. São ainda sublinhados a ira e os castigos divinos que caem sobre o rei de Aragão (pavores incontrolados e derrota face aos mouros) e o conde Henrique (cujos cavalos rompem pela metade do ventre, sendo o conde assolado por febres, azares vários e, finalmente, podridão da carne, morrendo em grande desonra e fedor). Urraca, depois de se render ao filho, procura emendar-se, devolvendo o que fora roubado e fazendo ainda mais doações a St. Isidoro, sendo aí sepultada.

A *Crónica Latina dos reis de Castela* faz um relato breve, já na linha do texto do Toledano, acentuando o mau governo e o mau comportamento de Urraca como origem das perturbações no reino e das guerras (pp. 2-5). A *Crónica de San Juan de La Peña* (pp. 68-81), nos seus traços gerais, alinha pela mesma tradição.

¹¹ Aqui denominado Pedro.

Os compiladores afonsinos, por seu turno, aplicam, para este momento, o seu procedimento mais habitual: seguem a narrativa de Rodrigo de Toledo que completam com elementos oriundos da tradição Tudense. Não havendo para este trecho testemunhos directos da versão primitiva, ficamos reduzidos à «versão crítica», transmitida pela CVR (FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ 2000: 230, 233), e à «versão retoricamente amplificada de 1289».¹² A *Tradução Galega* e as duas redacções da *Crónica de 1344*, todas do séc. XIV, partilham a mesma herança.

Estes textos seguem a seqüência narrativa da HRH, inserindo a indicação de que o conde Gómez é morto pelo conde Henrique, sem especificarem quem é este último,¹³ nem que a morte se dá após a prisão do primeiro. Também é introduzida uma referência ao saque da Igreja de Santo Isidoro, mas com pouco destaque, meramente no rol das versões sobre o destino final de Afonso de Aragão (possibilidade da sua derrota em Fraga ter sido motivada por vingança divina, por causa dos tesouros que tomou de Sto. Isidoro e das outras igrejas de Leão).

É ainda de salientar, nestes textos, as estratégias empregues para minorar o reinado de Urraca. Além da redução da sua duração, até uns meros quatro anos,¹⁴ é possível ainda referir o exemplo flagrante da CVR que lhe dedica um livro inteiro (ainda que mínimo), como faz com todos os outros soberanos (lv. XI), mas abre os capítulos datando o seu reinado já como anos de governação de Afonso VII. Outro exemplo consiste na forma como a 1344b, entre as versões que correm sobre o fim de Afonso de Aragão, põe a hipótese da derrota de Fraga se dever a vingança de Deus por o rei ter deixado «sua mulher soltar a todo o mal» (1344b IV: 206).

Nos textos afonsinos e seus derivados distingue-se ainda um subgrupo formado pela CVR e pelas duas redacções da 1344, que integram duas curiosas interpolações de origem desconhecida, a primeira, talvez, de fonte tradicional, como sugere Lindley Cintra (CINTRA 1951-1990 vol. I: cclxi-ii e cclxxxix). A primeira consiste na dramatização da tomada de poder por Afonso VII, ajudado, particularmente, por Goterre Fernandez de Castro, sendo Urraca presa e Pedro de Lara exilado para Aragão, onde morre (CVR: lv. XI cap. iii). A segunda centra-se no relato da guerra que Urraca, uma vez libertada, faz ao seu filho. Para manter o seu exército, a rainha tomava as riquezas dos mosteiros e igrejas. Chegando a León, pede às monjas que lhe dêem ajuda, elas negam-se e Urraca manda os cavaleiros entrar e saquear o mosteiro de Santo Isidoro. Eles recusam-se e é ela, com as suas damas, que entra, toma o que encontra e, à saída, levando o tesouro, com um pé dentro e outro fora da Igreja, quebra pelo meio do corpo. É aí enterrada e a pedra do sepulcro também quebra pelo meio.¹⁵

No que se refere a Teresa, rainha de Portugal, os textos são muito mais parcos. Em particular na tradição não portuguesa, Teresa é objecto de meras referências linhagísticas ou simples observações pontuais e lacónicas.

A sua figura é um pouco mais desenvolvida na CVR e em alguns textos portugueses: a 1344b (para este momento já não temos o testemunho da 1344a), a iii e a ivCB e o LL. Nestas versões, após a morte do seu marido, vemo-la tomar o condado e casar-se com Fernando Peres de Trava, contra os interesses do filho, seguindo-se uma guerra entre ambos, pois, tanto Afonso Henriques, como Teresa reclamam o território. Destaca-se aqui o carácter intempestivo da

¹² Redigida em tempos de Sancho IV e que integra a edição da PCG. Cf. FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ 2000: 221, 229, 234-235 e 243.

¹³ À excepção da CVR. No entanto, a generalizada ausência de referências concretas ao conde Henrique de Portugal revela que, por alguma razão, deixou de ser pertinente denegrir esta personagem, ao contrário do que sucedia nas obras de Lucas de Tui.

¹⁴ Como excepções temos a *Chronica Adefonsi Imperatoris* que refere 16 anos, 8 meses e 7 dias (CAI: 149) e o *Chronicon Compostellanum* que fala em 17 anos (CC: 82). Na realidade o seu reinado durou vinte e sete anos.

¹⁵ A cena repete-se, sensivelmente idêntica, na CVR: lv. XII, cap. ii, na 1344a: ff.338v^b-339r^a e na 1344b IV: 207. A cena não deixa de fazer lembrar o episódio da morte dos cavalos do conde Henrique, que também “racham pelo meio”. Nos dois casos estamos perante a punição divina que castiga a espoliação do mosteiro de Santo Isidoro, só que com diferentes destinatários.

rainha, presente não só no tom dos diálogos reportados, como também na sua decisão de integrar o exército que vai combater o filho e na violência da maldição que lhe lança quando é presa. Mesmo presa, Teresa é ainda apresentada como sendo a causa de mais duas situações de perigo para Afonso Henriques. A primeira, na sequência da sua queixa ao sobrinho, Afonso VII, pedindo-lhe que a socorra e tome Portugal, o que leva o Imperador a atacar o primo. A segunda deriva do conhecimento da sua prisão que despoleta dúvidas e hostilidade por parte da cúria romana, ficando a «perigosidade» de Teresa (ou o temor que se tem dela) patente na recusa do filho em libertá-la, independentemente de quem lho peça.

A *Chronica Gothorum*, mais parca, limita-se a referir a ambição de Teresa e a sua aliança com o conde de Trava, contra o próprio filho. Alguns apontamentos de cariz linhagístico são ainda transmitidos pelo LD e pelo LL, sendo que este último já qualifica como pecaminosas as alianças dos Travas com a rainha e respectiva filha (LL 13A2; B2). A linha da crítica aos comportamentos voluntariosos e adúlteros de Teresa surge ainda no texto hagiográfico da Vida do primeiro prior do mosteiro de Coimbra (VT), em duas situações em que a rainha é envergonhada e apresentada como exemplo digno de repreensão.¹⁶

A *I Crónica Anónima de Sahagún*, ao contrário da sua atitude para com Urraca, não é simpática para com Teresa. O ciúme entre as duas irmãs torna-se patente graças a pormenores como o facto de Urraca não gostar que chamassem «rainha» a Teresa ou que a irmã tivesse marido numa altura em que ela tinha que combater o seu pelas armas (§ 25). Vemos ainda Teresa incitar o marido a não servir Urraca e a tomar metade do seu reino (§25) e, mais tarde, já viúva, vemo-la, com «saber astuto e engenhoso», a intrigar junto de Afonso de Aragão contra a irmã, acusando-a de querer envenenar o marido, o que dá origem a uma nova e violenta rotura entre o casal (§33).

A *Historia Compostelana*, por seu turno, refere várias situações de rebeldia, por parte da rainha Teresa. Primeiro, contra Urraca, ao apoiar o infante Afonso e alguns rebeldes galegos (I cap. cxi) ou quando ataca e toma Tui (II cap. xl). Nos dois casos, Teresa é contrariada e submetida. Após a morte da irmã, é dito que Teresa, cheia de soberba, não se dignava a prestar serviço pelo reino, atacava as fronteiras da Galiza, que submetia ao seu domínio, preparando tudo para se rebelar contra o sobrinho. Este combate-a até conseguir pacificar o território (II, cap. lxxxv). Encontra-se ainda uma referência às guerras entre Teresa e Afonso Henriques, quando é dito que este conseguira a terra de Portugal arrebatando-a a Fernando Peres de Trava que, após abandonar a sua legítima esposa, vivia em adultério com a rainha e actuava em toda a terra como príncipe, criticando-se, seguidamente, também o adultério de Urraca com Pedro de Lara (III cap. xxiv).

Em suma, tanto no caso de Teresa, como no de Urraca, as imagens que a cronística nos dá destas duas mulheres, que quiseram ser rainhas de direito próprio, serão tudo menos pacíficas ou apaziguadoras...

3. RAINHAS E CRONISTAS: INTERROGAÇÕES E PROBLEMAS

As narrativas que acabamos de apresentar, na sua diversidade, quando comparadas com aquilo que podemos saber das respectivas personagens «históricas» e com as razões pelas quais estas tradições se teriam formado, suscitam-nos algumas perplexidades e questões, que passamos a colocar:

1. As notórias discrepâncias e a diversidade entre os vários retratos provocam dúvidas e confusão. Independentemente dos dados concretos, históricos, da actuação e do carácter

¹⁶ NASCIMENTO 1998: 148-149. Numa cena, Teresa e o seu amante Fernando saem da igreja corados de vergonha, tal era a forma como S. Teutónio criticava os devassos e adúlteros. Em outra cena, o prior reduz a rainha à sua dimensão terrena e ao arrependimento, invocando a superioridade da “rainha do céu”, num episódio em que ela o tentava apressar nas suas funções.

destas personagens, haverá que ter também em conta duas questões que poderão ter tido um peso considerável na formação das suas imagens textuais. Por um lado, o carácter exemplar e didáctico da historiografia medieval e, ainda em maior escala, das narrativas hagiográficas. Pelo outro lado, mas em estreita relação com a primeira questão, a tendência para estabelecer retratos estereotipados das personagens históricas: ou alinham entre os bons exemplos a seguir, ou sedimentam do lado dos maus exemplos a evitar. Finalmente, estabelecido o lado, positivo ou negativo, em que cada personagem se enquadra, nada mais fácil, no caso de se verificar uma tradição textual, do que o acumular das características, positivas ou negativas, em crescendo. Sobretudo no caso da rainha Urraca, haverá a salientar a pouca fortuna da versão que aponta para a sua «classificação positiva», em oposição à tradição contrária, maléfica, que se estabelece, com grande vigor, permanecendo, quase sem rival até aos nossos dias.

2. Em termos didácticos, os exemplos negativos também são proveitosos, desde que controlados. A escassa importância dada ao reinado de Urraca, exemplo de «mulher má», pode encontrar aqui alguma justificação, sobretudo numa época em que seria bastante mal quisto uma mulher tentar tomar sozinha as rédeas do poder. Por outro lado, o acumular de características negativas, mostra que estamos perante o desenvolvimento de claros exemplos *a contrario*. Neste âmbito, podemos salientar o facto das narrativas mais desenvolvidas sobre a rainha Teresa surgirem nos mesmos textos que veiculam a morte violenta de Urraca, todos particularmente críticos. Esta última tradição, que contrasta com as crónicas que ou nem referem a morte de Urraca ou que a coloram com os tons da procura da remissão das faltas anteriores, não deixa de fazer lembrar os castigos divinos reportados por Lucas de Tui, no LMSI, onde surge o mesmo motivo do «quebrar pelo meio» só que aplicado aos cavalos do conde Henrique, cujo fim lamentável espelha a dimensão do castigo divino merecido. Apesar de, num caso e no outro, se centrar em personagens e em quadros diferentes, o *topos* aplicado (o castigo divino) é o mesmo, e um dos lugares comuns mais frequentes, mesmo se a forma específica em que aqui se concretiza não seja das mais habituais. A sua funcionalidade também se mantém estável pois, nos dois casos, serve para acentuar a negatividade de uma personagem que ousou profanar um local sagrado e para dissuadir eventuais repetições. A magnitude e o carácter fabuloso desta cena fazem dela um bom exemplo do fenómeno literário que consiste na interferência, na historiografia deste período, de tradições de origem variada, inclusivamente de carácter fantástico e puramente ficcional mas que concordam, a nível ideológico, com o estereótipo formado ou em formação. Poderemos estar inclusivamente perante uma situação de contaminação pois não seria impossível o conhecimento da tradição do LMSI por parte dos compiladores afonsinos, em particular, aquando da composição da «versão crítica», em Sevilha, uma cidade tão ligada ao culto deste santo. Saliente-se ainda que a possibilidade de contaminações pode igualmente ser colocada no que respeita a outros excertos muito próximos, como é o caso das narrativas dos pedidos de perdão de Pero Ansures e de Egas Moniz ou da dramatização dos combates entre mães e filhos (Urraca vs Afonso VII e Teresa vs Afonso Henriques). Perante tais coincidências, complexifica-se, de sobremaneira, o estabelecimento de fronteiras entre situações que, de facto, poderão ter bastantes semelhanças e que são descritas dramaticamente, do mesmo modo, ou lugares comuns narrativos aplicados a situações e personagens a que se adequam minimamente.

3. A crítica ao poder temporal tirânico ou mal desempenhado como uma estratégia narrativa de projecção de modelos de realeza. Da leitura atenta de todos os lugares comuns visitados e revisitados pelos testemunhos analisados, parece sobressair uma leitura quase subliminar dos episódios escolhidos pelos compiladores, onde a condenação a penas terríveis e porventura eternas de todo e qualquer poder temporal que se pretenda imiscuir

nos assuntos do foro espiritual é uma pedra de toque incontornável. Quando os visados pela censura sobre esse tipo de procedimento são mulheres, como é o caso mais flagrante de Urraca, (Teresa é muito menos visível, como pudemos observar) esse sacrilégio parece tornar-se ainda mais grave e ainda mais sério. No fundo, num mundo como o dos reinos Peninsulares dos séculos XII e XIII, onde os reis não hesitavam em transgredir os limites da sua soberania e imiscuir-se nos assuntos da Igreja, fazia todo o sentido tentar utilizar estes textos também como espelhos de virtudes e procurar demonstrar de forma exemplar e evidente como, ao instar dos exemplos bíblicos de reis como Ozias,¹⁷ o castigo divino nunca deixa de se abater sobre todos os que pensam poder usurpar as funções dos eclesiásticos. Nessa linha, a mesma imagem e as mesmas preocupações podem ser detectadas em textos hagiográficos, como no LMSI, ou na hagiografia produzida em Santa Cruz de Coimbra, por exemplo, onde se podem detectar vários passos onde aquelas mulheres (normal e desejavelmente «rainhas» apenas *enquanto* mães, irmãs ou mulheres de reis), que tentavam trespassar os limites dos espaços sagrados onde lhes era permitido estar, eram severamente admoestadas, sempre por homens santos que temiam a má influência da sua presença e que as punham «no seu lugar», recomendando-lhes que não ousassem transgredir os limites a que a sua condição de mulheres e a sua dignidade de rainhas não deixava de as confinar, ameaçando-as com penas eternas e castigos temíveis.

4. A tentativa de denegrir e «apagar» Urraca e mesmo Teresa da memória dos reinados ibéricos como reacção à «irregularidade» da sua condição de rainhas de pleno direito. A pouca importância dada ao reinado de Urraca, assim como a própria redução do seu reinado de vinte e sete para quatro anos; o retratar da sua acção enquanto rainha meramente como alguém que ambiciona comandar, inclusive, prejudicando os interesses de seu filho, e que cria dissensões e problemas aos seus súbditos na sequência da sua situação matrimonial e das suas escolhas amorosas; os problemas de fidelidade suscitados pela sua separação do rei de Aragão, as guerras daí decorrentes, a influência dos amantes na governação... este retrato, tudo menos desapaixonado ou fiel, deve necessariamente relacionar-se, ainda e sempre, com a tentativa de implementação de um modelo de rainha, piedosa e virtuosa, que deveria sempre antepor os interesses de outros aos seus. Na historiografia destes séculos, apesar de muito presente, ou melhor, apesar de impossível de contornar, o reinado de Urraca acaba por ser muito reduzido e quase anulado na sua importância. Tal como existira, a sua figura não se enquadrava no estereótipo ideal da rainha como alguém que pode influenciar no governo, não directamente, mas através de um marido ou de um filho, como era o tão evidente caso da própria mentora de Lucas de Tui, Berenguela de Castela. Mas, não pode, nem deve, governar sozinha, sob pena de poder abrir a caixa de Pandora, conforme os próprios textos estudados sugerem (1344b IV: 206, acima citado). Não obstante o facto da própria legislação hispânica permitir e contemplar a possibilidade de uma mulher poder ocupar o trono, essa era uma hipótese que, na realidade, só se verificaria em situações extremas e excepcionais. Na verdade, e até ao advento de Isabel a Católica, Urraca foi mesmo a única mulher que ocupou o trono de Leão e Castela. E isso foi, decerto, aquilo que a historiografia dos séculos XIII e XIV não parece ter querido perdoar a Urraca, rainha de Leão e Castela: o facto de ter assumido o poder a que tinha direito nas suas próprias mãos, e de não ter querido prescindir dele, nem dá-lo a seu marido ou a seu filho.¹⁸

¹⁷ O exemplo deste rei bíblico que foi castigado por incensar no Templo foi efectivamente utilizado pelos pontífices (Inocência III em especial) nas admoestações que enviavam aos reis peninsulares e, em particular, aos portugueses (cf. *Bulário Português* 1999: 236-237; NASCIMENTO: 178-179, na *Vita Theotonii*).

¹⁸ Já com Teresa, que recebe muito menos atenção, compreende-se que assim tenha sido, uma vez que o seu caso não necessitava de tanta atenção, pois o próprio destino se tinha encarregue de a afastar de ambições demasiado perniciosas e perigosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES.

1.1. Manuscritas:

- Archivo de La Real Colegiata de San Isidoro de León, MS. 63 - *Lucae Tudensisi Liber de Miraculis Sancti Isidori (...)*, ff. 30v^b- 35r^a
- Biblioteca Universitária de Salamanca, MS. 2656 - *Crónica de 1344* (1^a redacção), ff. 337v^b-339r^a.

1.2. Impressas

- Bulário Português. Inocência III (1198-1216)* (1989) COSTA, Avelino de Jesus da, MARQUES, M^a Alegria (eds.), Coimbra, INIC
- “Chronica Adefonsi Imperatoris”, (1990) em *Chronica Hispana Saeculi XII*, MAYA SÁNCHEZ, Antonio (ed.), *Corpus Christianorum - Continuatio Medievalis*, 71, Turnhout, Brepols, pp. 109-248
- “Chronica Gothorum”, em *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptorum*, (1856), Lisboa, Academia das Ciências, pp. 5-17
- Chronica Naierensis*, (1995), ESTÉVEZ SOLA, Juan A. (ed.), *Corpus Christianorum - Continuatio Medievalis* 71A, Turnhout, Brepols
- “Chronicas Breves e Memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra”, (1856), em *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptorum*. Lisboa, Academia das Ciências, pp. 23-32 = Crónicas Breves de Santa Cruz
- Chronicon Compostellanum*, (1983), FALQUE, Emma (ed.), *Habis*, 14, pp. 73-83
- Chronicon Mvndi Lvcae Tvdensis*, (2003), FALQUE, Emma, (ed.), *Corpus Christianorum - Continuatio Medievalis* 74, Turnhout, Brepols
- Crónica de España por Lucas, obispo de Tuy*, (1926), PUYOL, Julio (ed.), Madrid, Tip. de la “Rev. de archivos, bibliotecas y museo”
- Crónica de Veinte Reyes*, (1991), RUIZ ASENCIO, José Manuel e HERRERO JIMÉNEZ, Mauricio (transcr.), Burgos, Ayuntamiento de Burgos
- Crónica de San Juan de la Peña*, (1961), UBIETO ARTETA, António (ed.), Valencia, Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja
- Crónica del Obispo don Pelayo*, (1924), SÁNCHEZ ALONSO, B. (ed.), Madrid, Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas – Centro de Estudios Históricos
- Crónica Geral de Espanha de 1344*, (1951-1990), CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.), Lisboa, INCM, 4 vols
- Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, (1984), CHARLO BREA, Luis (ed.), Cadiz, Universidad de Cadiz
- Crónicas Anónimas de Sahagún*, (1987), UBIETO ARTETA, Antonio (ed.), Zaragoza, Anubar Ediciones
- Historia Compostelana*, (1988), FALQUE, Emma, (ed.), *Corpus Christianorum - Continuatio Medievalis* 70, Turnhout, Brepols
- Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica Roderici Ximenii de Rada*, (1987), FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan (ed.), *Corpus Christianorum - Continuatio Medievalis* 72, Turnhout, Brepols
- “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro”, (1980) em *Portugaliae Monumenta Historica – Nova Série*, MATTOSO, José (ed.), Lisboa, Academia das Ciências, 2 vols
- “Livro de Linhagens do Deão”, em *Livros Velhos de Linhagens* (1980) em *Portugaliae Monumenta Historica - Nova Série*, MATTOSO, José, PIEL, Joseph (eds.), Lisboa, Academia das Ciências, pp. 61-214
- Milagros de San Isidoró*, Lucas de Tuy (1992), ROBLES, Juan de (trad.), PÉREZ LLAMAZARES, Júlio (transc.), León, Universidad de León
- Primera Crónica General de España*, (1977) MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (ed.), CATALÁN, Diego (reed.), Madrid, Gredos, 2 vols
- Traducción (La) Gallega de la Cronica General y de la Cronica de Castilla*, (1975), LORENZO, Ramón (ed.), Orense, Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”
- “Vita Theotonii”, (1998) em NASCIMENTO, Aires A. (ed. e trad.) *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, Colibri, pp. 138-222

2. ESTUDOS.

- BISHKO, Charles Julian, (1970) “Count Henrique of Portugal, Cluny and the antecedents of the Pacto Sucessório”, em *Revista Portuguesa de História*, xiii, pp. 155-188, reed. em *idem*, (1984) *Spanish and Portuguese Monastic History: 600-1300*, Variorum Reprints, Aldershot, Ashgate, (IX), pp. 155-188.
- BRANCO, M^a João V. (1993) “Portugal no Reino de León. Etapas de uma Relação (866-1179)”, em FERNÁNDEZ CATÓN, José M^a (dir.), *El Reino de León en La Alta Edad Media. La Monarquía (1109-1230)*, León, Centro de Estudios e investigación «San Isidoro», Archivo Historico Diocesano
- DIAS, Isabel de Barros (2003): *Metamorfoses de Babel. A Historiografia Ibérica (sécs. XIII-XIV): Construções e Estratégias Textuais*, Lisboa, F.C.Gulbenkian / F.C.T. – M.C.E.S.
- DIAZ Y DIAZ, Manuel, (1994) “Historia Compostelana”, em LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (eds), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 310-311.
- FALQUE REY, Emma (1998), “La Translatio s. Isidori en el *Chronicon mundi* de Lucas de Tuy”, em LINEHAN, Peter (ed), *Life, Law and Letters: Historical Studies in Honour of António García y García*, *Studia Gratiana*, 17, 28, pp. 213-219
- FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (2000), “La transmisión textual de la “Estoria de España” y de las principales “Crónicas” de ellas derivadas”, em *idem*, *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid: Fundación Santander Central Hispano / Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, pp. 219-260
- HERCULANO, Alexandre, (1980), *História de Portugal, desde o começo até o fim do reinado de Afonso III*, MATTOSO, José (revisão e notas críticas), vol. I, Lisboa, Livraria Bertrand
- HOLLAS, Michael Lawrence (1986), *Lucas of Tuy and Thirteenth Century León* (Ph.D. Yale University, 1985), University Microfilms International – Dissertation Information Service
- HUETE FUDIO, Mario (1997), *La historiografía Latina Medieval en la Península Ibérica (siglos VIII-XII). Fuentes y Bibliografía*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid
- LACARRA, José M^a (1945) “Dos documentos interesantes para la Historia de Portugal”, em *Revista Portuguesa de História*, iii, pp. 291-305
- LINEHAN, Peter, (2001), “Dates and doubts about don Lucas” *Cahiers de Linguistique et de Civilization Hispaniques Médiévales*, 24, pp. 201-217
- MATTOSO, José, KRUS, Luís, ANDRADE, Amélia, (1989) *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Estampa
- RAMOS Y LOSCERTALES, José M^a (1936-1941) “La Sucesión de Alfonso VI”, *Anuario de la Historia del Derecho Español*, xiii, pp. 36-99.
- REILLY, Bernard (1969), “The *Historia Compostelana*: The Genesis and Composition of a Twelfth-Century Spanish Gesta”, *Speculum*, vol. 44, n.º1, pp. 78-85.
- REILLY, Bernard (1976), “Sources of the fourth book of Lucas of Tuy’s *Chronicon Mundi*”, *Classical Folia*, vol. XXX, n.º 2, pp. 127-137
- REILLY, Bernard (1982) *The Kingdom of Léon-Castilla under Queen Urraca. 1109-1126*, Princeton, Princeton University Press.
- REILLY, Bernard (1998), *The Kingdom of Léon-Castilla under King Alfonso VII. 1026-1157*, Princeton, Princeton University Press.
- SOARES, Torquato de Sousa (1974) “O Governo de Portugal pela Infanta-Rainha D. Teresa”, em *Colectânea de Estudos em Honra do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, pp. 99-119.
- SOARES, Torquato de Sousa (1975) “O Governo do conde Henrique de Borgonha”, *Revista Portuguesa de História*, xiv, pp. 365-397.

ANEXO

| Data* | Sigla | Designação | Urraca | Teresa |
|----------------------------|-------|---|--------|--------|
| séc. XII (1º quarto) | CAS | <i>I Crónica Anónima de Sahagún</i> | B | B |
| séc. XII (1ª metade) | HC | <i>Historia Compostelana</i> | B | B |
| séc. XII (1ª metade) | COP | <i>Crónica del Obispo don Pelayo</i> | A | A |
| séc. XII (anos 30) | CC | <i>Chronicon Compostellanum</i> | A | --- |
| séc. XII (anos 40) | CAI | <i>Chronica Adefonsi Imperatoris</i> | A | A |
| séc. XII (anos 70) | CN | <i>Crónica Najerense</i> | A | A |
| séc. XII | CG | <i>Chronica Gothorum</i> | --- | A |
| séc. XIII (anos 30-40) | CM | <i>Chronicon Mundi</i> | C1 | A |
| séc. XIII (anos 30-40) | CLRC | <i>Crónica latina dos reis de Castela</i> | C2 | A |
| séc. XIII (anos 40) | HRH | <i>Historia de Rebus Hispanie</i> | C2 | A |
| séc. XIII (anos 80) | CVR | <i>Crónica de Veinte Reyes / "Versão crítica" da Estoria de Espanna afonsina</i> | C4 | C |
| séc. XIII (fin. de 80) | PCG | <i>Primera Crónica General de España / "versão retoricamente amplificada de 1289" da EE</i> | C3 | A |
| séc. XIII (fin.)-XIV (in.) | TG | <i>Traduccion Gallega de la Cronica General y de la Crónica de Castilla</i> | C3 | A |
| séc. XIV (an. 30-40) | LD | <i>Livro de Linhagens do Deão</i> | --- | A |
| séc. XIV (anos 40) | ivCB | <i>IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra</i> | --- | C |
| séc. XIV (anos 40) | 1344a | <i>Crónica de 1344 (1ª redacção)</i> | C4 | --- |
| séc. XIV (meados) | LL | <i>Livro de Linhagens do Conde D. Pedro</i> | A | C |
| séc. XIV (anos 80) | 1344b | <i>Crónica de 1344 (2ª redacção)</i> | C4 | C |
| séc. XIV (anos 60-70) | CSJP | <i>Crónica de San Juan de la Peña</i> | C2 | --- |
| séc. XIV (finais) | iiiCB | <i>III Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra</i> | --- | C |
| séc. XIV- XV | CE | <i>Crónica de España (tradução vernácula do Chronicon Mundi)</i> | C1 | A |

| | | | | |
|---------------------------------|-------------|--|-----|-----|
| séc. XII | VT | <i>Vita Theotonii</i> | --- | B |
| séc. XIII (anos 20-30) --" 1525 | LMSI MSI | <i>Liber de Miraculis Sancti Isidori--" Milagros de San Isidro (tradução castelhana de Juan de Robles)</i> | C1 | --- |

A – Texto com simples apontamentos genealógicos / linhagísticos ou com meras informações breves / lacónicas.

B – Texto que apresenta quadros pontuais da vida da rainha.

C – Texto que, além dos apontamentos linhagísticos, faz uma narrativa sucinta da vida /actuação da rainha em causa.

C1 – Modelo veiculado por Lucas de Tui (Urraca)

C2 – Modelo veiculado por Rodrigo de Toledo (Urraca)

C3 – Modelo de Rodrigo de Toledo + elementos da tradição de Lucas de Tui (Urraca)

C4 – Modelo de Rodrigo de Toledo + elementos da tradição de Lucas de Tui + 2 interpolações (Urraca)

*Os períodos indicados têm por base as datações propostas pelos respectivos editores ou por trabalhos críticos posteriores (vide referências bibliográficas).